



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento nº: 014	Data: 20/07/2018
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h17min
COLABORADOR	
NILZA TEIXEIRA SOARES - Diretora da Coordenação de Arquivo do Centro de Documentação e Informação — CEDI da Câmara dos Deputados.	
SUMÁRIO	
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.	
TÓPICOS	
1. Vinda para Brasília; 2. A opção pelo Arquivo; 3. A situação do arquivo da Câmara; 4. Diretora do Arquivo na Câmara; 5. A nomeação para Diretora do Arquivo; 6. Divulgação do conhecimento sobre Arquivo; 7. A revolta das bibliotecárias do Cedi; 8. A contribuição para a Arquivologia; 9. A Comissão de Avaliação dos Documentos; 10. A tradução do Schellenberg; 11. Arquivo na Constituição; 12. A preocupação com a memória da Constituinte; 13. O trabalho durante a Constituinte; 14. Os arquivos de A voz da Constituinte e da Radiobras; 15. A constituição do acervo da Constituinte; 16. A preparação para a guarda dos documentos; 17. A movimentação política da Constituinte; 18. Constituinte sem pré-projeto; 19. Os temas da Constituinte; 20. A avaliação da Constituição; 21. Realização.	

1. Vinda para Brasília

Vim para Brasília, em outubro de 1960, compulsoriamente. Eu queria vir. Até comentava com minhas amigas que queria vir. Não era casada — como não sou até hoje —, não tinha filhos, não tinha laços maiores, só pai e irmãs, e queria vir. Até dizia a uma amiga Iolanda, já falecida, que não podíamos falar com muito entusiasmo que desejávamos vir porque parecia frustração. Não vim por frustração, mas por desejo de uma nova experiência, em uma cidade nova. Queria participar dessa aventura da mudança da capital.

Foi difícil no princípio porque Brasília ainda não tinha infraestrutura. Por exemplo, tínhamos que fazer compras lá no Núcleo Bandeirante. Todo o sábado, o ônibus da Câmara nos levava para fazer compras. Foi meio difícil. Não havia asfalto,



nem calçadas, havia muita poeira. Também havia muita coisa interessante. Eu, por exemplo, morava num apartamento na SQS 306 Sul e, pelo cobogó, via as pessoas lá embaixo, em fileira, esperando o ônibus para o trabalho. Achei estranho, mas eles estavam numa sombrinha de um poste. O sol de Brasília é muito forte.

Era muito difícil, mas havia muita amizade, muitos convites para almoçar aos domingos. Uma coisa que me causava nostalgia era a falta de árvores em Brasília. Não havia árvores nem pássaros, porque não havia frutas silvestres. Era o cerrado, mas tudo foi sendo criado com o tempo. Hoje em dia está tudo superado. Está bem melhor. Gosto do traçado da cidade, do eixão de norte a sul, enfim, a cidade é agradável, setorizado.

Fiquei um pouco apaixonada por Brasília, não tinha a menor vontade de voltar para o Rio de Janeiro. Uma coisa boa que havia era a dobradinha de vencimentos¹. Eu ia sempre ao Rio matar as saudades e percorrer parques arborizados.

2. A opção pelo Arquivo

Quando da primeira experiência que tive de ir para os Estados Unidos com bolsa de estudos — ainda estava no Rio de Janeiro, era funcionária do Ministério do Trabalho. Tive a oportunidade de descobrir essa área, quando fui fazer Documentação Administrativa nos Estados Unidos, de setembro de 1952 a outubro de 1953.

O que eles mais trabalharam foi o problema da gestão dos arquivos correntes dos órgãos do governo. Fui aluna do Prof. Ernest Posner², um alemão que influenciou a arquivística nos Estados Unidos. Ele logo nos deu exercícios de avaliação de documento de entidades do governo americano. Por isso fiquei tão voltada para essa área, porque o problema do arquivista moderno é saber eliminar papéis que sem prejudicar a informação no futuro, papéis que às vezes são substituídos por outros documentos, outras bases. Às vezes uma base muito volumosa pode ser eliminada porque há um documento recapitulativo da mesma informação.

¹ Para incentivar a transferência inicial de servidores do Rio de Janeiro para Brasília, o governo oferecia diversos benefícios, entre os quais o salário em dobro por um determinado período.

² Ernst Maximilian Posner (1892 – 1980). Arquivista e historiador alemão radicado nos Estados Unidos.



A minha atividade foi sempre em torno desses conceitos. Por exemplo, vi que, no Rio de Janeiro, o Ministério da Fazenda tinha galpões enormes com documentos acumulados. Aqui em Brasília o Ministério da Educação também tinha galpões muito grandes. Não acompanhei mais isso, não sei se eles evoluíram no sentido de também eliminar, ou não a partir de análise criteriosa de avaliação do conteúdo informativo dos documentos produzidos e acumulados.

Mas fiz palestra no Ministério da Fazenda, no Ministério da Educação, e a proposta era essa: eliminar os documentos acumulados, de forma que não se prejudique a informação do cidadão no futuro nem os direitos que possam ter a certos benefícios — eliminar sem prejuízo da informação.

Aqui na Câmara não havia arquivista nessa época, só bibliotecário. Inclusive, quando houve uma reforma, criaram a carreira de arquivista. Mas o arquivista ficaria num patamar de vencimento inferior ao do bibliotecário. Fui eu que batalhei por essa paridade... Aliás, batalhei não, fiz uma visita ao 1º Secretário da Mesa para fazer a reivindicação. Eu, por exemplo, gostaria de trabalhar no Arquivo, mas não gostaria de ser prejudicada nos vencimentos. Primeiro ele disse “não”, logo rejeitou o meu pedido. Mas, quando cheguei à Biblioteca, novamente, o deputado telefonou, dizendo: *“Ah, agora é que eu entendi o que a senhora queria”*. *“Eu volto aí”*, disse. *“Pois é, eu vi que a senhora não estava pedindo nada para a senhora, estava pedindo para a carreira de arquivista”*, disse o Deputado. Então, depois foi que ele entendeu. Mas achei interessante ele me telefonar para dizer que ia acatar meu pedido para igualar as duas carreiras, porque havia semelhança. Fiquei muito feliz em ter conseguido a paridade entre as duas carreiras. Agora não existe nem bibliotecário nem arquivista, agora todos são especialistas em documentação. Generalizaram.

3. A situação do arquivo da Câmara

Aqui na Casa sempre se respeitou o documento. Não havia arquivista formado, mas respeitavam-se os documentos. Por exemplo, a Câmara dos Deputados acumulou todas as provas de todos os concursos durante anos a fio. A



Diretora da Taquigrafia, D. Nayde³, realizava os concursos. Era uma pessoa muito séria. Inclusive, quando me inscrevi no concurso para bibliotecária da Câmara, perguntaram-me: “*Você acredita em concurso da Câmara?*” Eu disse: “*Acredito*”. Realmente foi sério o concurso, como eram todos os concursos da Câmara. Não havia apadrinhamento. Eram cinco vagas e passei em quinto lugar.

Quando cheguei ao Arquivo, repetindo, não havia arquivista formado, mas eles respeitavam os documentos. Não jogavam nada fora. Às provas de todos os concursos realizados desde o Rio de Janeiro aplicamos o princípio da amostragem. Para cada concurso, nós selecionamos determinados documentos, que constituíam meia dúzia de peças. Substituímos todas as provas, que eram todas iguais, com mais de mil candidatos. Imagine o volume. Havia uma sala inteira só de concursos da Câmara. Aí consegui, aplicando o método por amostragem, que é da metodologia arquivística, reduzir para 2%. Eliminamos 98% sem recorrer à microfilmagem, que estava na moda na época. Imagine microfilmar todas as provas. A aplicação do princípio da amostragem foi produtora. Conseguimos um índice de redução igual ao da microfilmagem, sem despesa alguma. A microfilmagem é cara. Foi fantástico!

4. Diretora do Arquivo na Câmara

Fui designada para cuidar dos arquivos da Câmara antes de ser diretora. Fui nomeada em caráter precário em 1971, mas só fui nomeada em abril de 1972. Já encontrei alguns funcionários lá. Por exemplo, o Ernani Valter Ribeiro, que é historiador, trabalhava lá, bem como a Astrea de Moraes e Castro, que também fez muito pelos arquivos da Câmara. Eu digo que o maior mérito da Astrea — já disse isto algumas vezes — foi ela divulgar o Arquivo da Câmara. Ela começou a fazer exposições e mostrou aos parlamentares que nós tínhamos um acervo muito rico. Foi isso que impulsionou nosso trabalho. Aí, depois ela queria ser diretora.

Eu também queria ser efetivada como diretora. O Paulo Afonso⁴, que era meu amigo, viu que o meu currículo justificava que eu fosse diretora, porque já tinha um currículo de vivência, de estudo na área — primeiro, nos Estados Unidos, depois na

³ Nayde Figueiredo.

⁴ Paulo Afonso Martins de Oliveira (1927-2005). Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados (1965-1988). Ministro do TCU (1988-1997).



França e na Inglaterra. Eles viram que já tinha uma bagagem que justificava ser Diretora do Arquivo. Encontrei lá o Ernani, o Joazil Gardés⁵, a Astrea, que ficou como chefe da seção dos arquivos históricos. Encontrei ainda Gracinda Assucena de Vasconcelos e Maria Borges, todos apaixonados por arquivos. Realmente queria trabalhar nessa área.

A Maria Aparecida Silveira dos Santos, que chefiou a seção de avaliação de documentos, nem sei como apareceu. Não sei. Eu sei que a Aparecida se apaixonou também pela área e estudou, e trabalhou muito pela Arquivologia. Inclusive, nesse livro que vocês publicaram sobre a contribuição da Câmara aos arquivos, à Arquivística brasileira, lançado em 2017, há vários artigos da Aparecida. Ela faleceu muito cedo, teve um problema de saúde, mas deixou um grande legado. Aparecida é mãe do Frederico⁶, que foi diretor da Coordenação do Arquivo (Coarq). Ela quem o trouxe para essa área. O Frederico não estava muito interessado, mas acabou concluindo o curso de arquivologia na Universidade de Brasília (UnB) e foi Diretor da Coarq.

Uma coisa que me deixou feliz depois que me aposentei foi ver que o que havia preconizado e implantado estava sendo continuado, sob a direção de Gracinda. Poderia acontecer de vir alguém que não tivesse interesse algum pelo assunto.

Sobre a proposta da lotação no Arquivo, era comum, quando algum funcionário do alto escalão da Câmara perdia sua comissão, mandarem-no para o Arquivo como Diretor. Mas eles não se interessavam absolutamente pela Arquivologia nem pelo que estavam acumulando lá. Eles eram diretores leigos. Eu me vanglorio em ter sido a primeira diretora técnica, sabia o que iria fazer no Arquivo, daria a minha contribuição. Inclusive, certa vez, um pesquisador estrangeiro que falava português veio à Biblioteca em busca de uma informação. Eu disse a ele: *“Essa informação — não lembro qual era — o senhor vai encontrar no Arquivo. O senhor pode ir ao Arquivo falar com o diretor”*. E disse onde era — parece-me que era lá no 17º andar do prédio principal. Ele voltou furibundo, vermelho, cheio de raiva e disse: *“Esse diretor que está lá tem raiva de quem procura o Arquivo”*.

⁵ Joazil Maria Gardés.

⁶ Frederico Silveira dos Santos



Hoje em dia o Arquivo da Câmara é respeitado por todos os setores da Casa.

5. A nomeação para Diretora do Arquivo

Houve disputa para a Diretora do Arquivo... Antes, era uma senhora, Gilda Amora. Uma pessoa culta, mas que também não era arquivista, nem queria saber nada dos arquivos, mas ela não impedia Astrea de atuar em favor dos arquivos da Câmara. Quando houve uma reforma da Câmara, a Resolução nº 20, que criou um Centro de Documentação e Informação (Cedi) e as coordenações, o Paulo Afonso me disse: *“Você vai ser Diretora do Arquivo”*. *“Então, está bom.”* Ele garantiu. Fiquei tranquila, porque a Astrea queria ser diretora. Estávamos as duas concorrendo. Quando a Diretora do Cedi, a Cordélia Robalinho⁷, nos chamou para comunicar que eu ia ser Diretora do Arquivo, a Astrea baixou a cabeça e ficou muito triste. Ela disse que a Astrea seria chefe da Sessão de Documentos Históricos; o Ernani, dos Documentos Legislativos; a Gracinda, dos Documentos Administrativos; e o Joazil... Não, o Joazil Gardés era dos Documentos Administrativos. Enfim, os chefes foram nomeados e a Diretora também naquele Ato da Mesa. A Cordélia nos reuniu para fazer essa comunicação. É evidente que fiquei feliz da vida.

6. Divulgação do conhecimento sobre Arquivo

Não dava exatamente curso. Trabalhava com muita humildade, segundo Julieta Feitosa, chefe da seção de audivisionais, fator que contribuiu muito para o êxito da minha gestão. A Universidade de Brasília (UnB) sempre me chamava para fazer uma palestra todos os anos. Fazia as palestras e motivava as pessoas, até que houve a criação do curso de Arquivologia. Porém, quem participou mais dessa criação foi a Heloísa Bellotto, de São Paulo. Ela vinha a Brasília para dar assessoria, e finalmente criaram o curso de Arquivologia em 1981, que não existia, só existia o de Biblioteconomia. Talvez isso tenha ocorrido devido à nossa presença no cenário arquivístico brasileiro.

Também participei de congressos estaduais, por exemplo, na Paraíba. A Paraíba evoluiu muito em termos de Arquivologia, talvez impulsionada por uma

⁷ Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti - (1920-2017).



arquivista de lá que me convidava para ir aos congressos que ela organizava. Uma vez telefonei e disse: *“Eu não vou não”*. Ela disse: *“Pelo amor de Deus! A senhora tem que vir”*. Aí lá fui eu. Tenho notícias de que a Paraíba, de onde era aquela arquivista – Ana Isabel de Souza Leão Andrade, conta com muitos arquivistas com pós-graduação, graduados, formados. A Paraíba é um celeiro de arquivistas. Isso é interessante. Soube dessa informação e até a passei para um sobrinho meu, Ari Ott, que é reitor da Universidade Federal de Rondônia. Ele uma vez me chamou para ir lá ver os arquivos da Universidade. Eu disse: *“Eu não posso ir, porque não entendo nada de arquivo de universidade”*. Então não fui. Mas agora mandei para ele material da UnB, que já está com um sistema de arquivos bem desenvolvido, e falei que ele pode recrutar arquivistas lá do Estado da Paraíba, que têm até doutorado na área.

7. A revolta das bibliotecárias do Cedi

Quando assumiu um novo diretor, um ex-militar, leigo no assunto, Aristeu Gonçalves de Melo, as bibliotecárias do Cedi ficaram revoltadas. Foi uma evasão grande da Biblioteca. Quase todas as bibliotecárias se evadiram. Foi um protesto dos bibliotecários. Fiquei, porque sou menos radical, e aceitei, porque o que não tem remédio, remediado está. Não adianta lutar contra o que você não pode modificar. Então, fiquei. Inclusive fui aliada do Aristeu, do qual fui substituta.

Uma vez, o Aristeu me chamou, e eu estava fora, dando aula na Escola de Administração Pública à tarde. Ele detestava que a gente saísse durante o expediente, mas saí morta de medo. Quando ele me chamou, vim imediatamente e disse: *“Meu Deus do céu, o que vai acontecer?”*, porque estava dando aula dentro do expediente. Como um bom militar, ele era muito rígido. Voltei e fui falar com ele. Para minha surpresa, ele queria me dizer que iria tirar uma licença e iria substituí-lo. Fiquei toda feliz.

Ele era muito rigoroso. Por exemplo: *“horário corrido é horário corrido, se você faz horário corrido, não é para sair para almoçar”*. Ele ia em cima das pessoas, era muito exigente. Para ele, não era certo sair durante o expediente para dar uma aula fora, estaria burlando a Câmara e deixando os meus compromissos de lado.



Mas quando voltei, como já falei, cheguei toda assustada e, no entanto, era para me comunicar que iria substituí-lo. Achei bom.

Depois, nós tivemos outro diretor, o Mário Teles de Oliveira, já falecido, que substituiu o Aristeu, e também houve resistência a ele. Os bibliotecários pensavam que seria uma bibliotecária, mas foi o Mário Teles. Naquele tempo, havia uma propaganda da gasolina que tinha “algo mais”. Aí eu disse: “*Eu acho que você tem algo Mários*”, porque ele tinha algo mais. De fato, li o livro que a Câmara produz sobre o perfil dos funcionários, e ele tem um perfil riquíssimo, então até que se justificava sua escolha, porque ele não era especialista em documentação, mas tinha uma cultura geral muito grande, invejável. Enfim, não precisava ser um bibliotecário para ser o diretor do Centro. O Centro já estava prejudicado com a ausência dos bibliotecários, mas alguns permaneceram.

8. A contribuição para a Arquivologia

Modéstia à parte, reconheço que alavanquei a Arquivologia com a ideia de que o arquivista tem que se ocupar dos documentos desde a produção. Na verdade, o arquivista tem que estar presente até na elaboração de formulários, porque pode opinar. É importante saber a informação que vai ser registrada e conhecer os documentos que vão ser criados.

Continua-se criando documentos sem a participação dos arquivistas. Mas é muito importante a presença do arquivista. A nossa bandeira foi essa: procurar conhecer as rotinas documentais, tudo o que se produz em função da competência de um órgão, seja na área de pessoal, de finanças, enfim, em todas as áreas, inclusive nas atividades fim. Há coisas que os arquivistas ainda não assumiram. Uma delas é estar presente na renovação de formulários. Quando um formulário vai ser desativado, porque vão criar outro, é importante o arquivista estar presente, porque vai conhecer o conteúdo informativo desse formulário, a informação oficial.

Outra coisa em que o arquivista tem que evoluir mais é na indexação. Por exemplo, os Anais da Constituinte não têm índice. Nada tem índice. A própria Constituição não tem um índice de palavras-chaves, por exemplo. Os arquivistas têm que estar presentes também na indexação dos documentos oficiais. A Câmara faz muita coisa em termos de documentação, como na Sinopse, mas não transfere o



que faz para o Diário do Congresso, por exemplo. Seria importante os arquivistas tentarem ocupar esse espaço da indexação.

Também lancei a ideia das três idades dos documentos, que ainda era desconhecida no Brasil. O Dr. Raul Lima, Diretor do Arquivo Nacional, conversou pela primeira vez comigo sobre essas três idades. Redigi um verbete para a Enciclopédia Mirador, já falando nas três idades. Na Enciclopédia Mirador, editada em 1975, fui responsável pelo verbete sobre Arquivologia⁸. Quem me indicou para colaborar com a Mirador foi a nossa diretora Leda Laboriau, porque ela sabia que já entendia de arquivo. O Dr. Raul Lima falou nas três idades, que é uma ideia dos franceses. Os franceses têm o mérito de ter criado o primeiro arquivo público em 1789 no mesmo ano da Revolução Francesa, e criaram também o conceito das três idades: a idade da produção, idade corrente; a idade intermediária, em que ficam envelhecendo no aguardo do período de eliminação ou incorporação ao arquivo histórico, a terceira idade.

9. A Comissão de Avaliação dos Documentos

Havia o projeto sobre a criação, por exemplo, da Comissão de Avaliação, que funciona até hoje. Tinha mandado para a Mesa da Câmara um projeto de Ato da Mesa que custou muito a sair da Mesa. Depois é que descobri por quê. Coloquei um representante da documentação administrativa na comissão e não coloquei um representante da área legislativa. Aí o Paulo Afonso engavetou. Depois, quando corrigi esse erro, andou. Mas esse assunto nunca havia sido levado à Mesa. Paulo Afonso podia ter me chamado *“Nilza, corrige isso aqui, coloca um diretor”*. A Câmara estava dividida, como até hoje, em duas áreas: Legislativa e Administrativa. Então, teria que haver na comissão um representante de cada área. E, conforme a reunião fosse avaliar documento de uma ou da outra área, seria convidado o respectivo representante. Aí corrigi esse senãozinho e logo passou, entendeu?

⁸ SOARES, Nilza T. Arquivologia. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1975. v. 3, p. 827-830.



10. A tradução do Schellenberg⁹

Foi uma livraria que me procurou, não lembro qual. Concordei em traduzir, porque já estava motivada pelas minhas viagens, pelos contatos que havia feito, pela minha experiência na área de arquivo. Então, aceitei. Mas levei muito tempo para entregar essa publicação para ser impressa. Passaram-se tantos anos que, no final, quem imprimiu foi a Fundação Getúlio Vargas (FGV), porque o Diretor do Arquivo Nacional tinha sido da Fundação. O Prof. José Honório Rodrigues protestou uma vez. Disse que não deveria ter sido editado pela Fundação Getúlio Vargas, porque é um mercado mais restrito. Deveria ter sido por uma editora de maior alcance. Mas entreguei para o Dr. Raul Lima, porque ele era do Diretor do Arquivo, e ele imprimiu pela FGV.

Só me considerei com autoridade para lançar o livro quando entrei na área de arquivos na Câmara dos Deputados. Não fiz a imprudência, como bibliotecária, de querer entrar na área de arquivo. Esperei ser arquivista da Câmara para produzir e entregar os originais para a impressão. É interessante que houve um Diretor do Arquivo, do Centro de Documentação, que uma vez disse: *“Eu sempre questioneei um pouco o problema entre bibliotecários e arquivistas”*. E, finalmente, em mim, ele viu uma bibliotecária que também era arquivista, porque deixei o campo da Biblioteconomia e fui para a Arquivologia. Considero que foi uma boa opção.

Quanto a minha experiência em países europeus, foi assim: Primeiro, pleiteei e consegui uma bolsa para a Inglaterra. Depois, fui à Embaixada da França no Rio de Janeiro e falei para o adido cultural que eu gostaria de fazer o Estágio Internacional de Arquivos que a França oferecia. Ele ficou pensando... Então, eu disse: *“Eu fui aluna do Prof. Boullier de Branche, que estive no Brasil, que deu cursos no Arquivo Nacional, e ele próprio me disse que ia recomendar meu nome para o estágio”*. O adido cultural abriu uma gaveta, pegou uma pasta com o relatório do Boullier de Branche, estava lá meu nome, e ele disse: *“Ah, sim, a senhora vai”*. Aí me deu uma bolsa para a França, porque eu realmente estava mencionada no relatório do Boullier de Branche.

⁹ SCHELLENBERG, T. R. (Theodore R.), 1903-1970. *Arquivos modernos: princípios e técnicas* / T.R. Schellenberg ; tradução de Nilza Teixeira Soares. -- 6. ed., 5. reimpr. -- Rio de Janeiro : FGV, 2011. 386 p.



Em Paris, segui os passos desse Estágio, mas não participei junto com o grupo de estagiários de arquivistas estrangeiros, porque o Estágio ocorria no período que eu estaria na Inglaterra. Primeiro eu fui para a Inglaterra. Era o período em que seria o estágio internacional, de janeiro a março de 1961. Mas segui todos os passos do Estágio Internacional depois. Primeiro, fiquei 4 meses na Inglaterra. Inclusive, fiquei mais um mês para burilar a tradução do Schellenberg. Seriam só 3 meses na Inglaterra, mas, no final, pedi para eles me darem mais um mês, porque queria tirar dúvidas do inglês e outras dificuldades com expressões idiomáticas. Aí eles me deram mais um mês, para eu ficar só cuidando da tradução. Fui muito criteriosa com a tradução dessa obra do Schellenberg, *Arquivos Modernos*.

Agora, uma coisa que sinto é que a Fundação Getúlio Vargas já lançou uma segunda edição e nunca me chamou para atualizar, porque nós podíamos rever os termos. Como eu disse, só considerei pronto para ser editado depois que, já como diretora do Arquivo da Câmara, passei uma temporada aqui em Brasília, indo todas as tardes a casa de uma arquivista, a Maria de Lourdes Costa e Souza, que foi arquivista da ONU, enfim, que também tem uma história como arquivista. Eu falava com ela e ela me orientava sobre a terminologia, porque eu não estava muito segura ainda na terminologia. Acredito que, se nós fôssemos fazer uma nova edição do Schellenberg com uma equipe que pudesse rever os termos técnicos, haveria correções a fazer. Mas a Fundação tem editado, não pede a minha participação, nem me comunica, e fica por isso mesmo.

11. Arquivo na Constituição

O artigo¹⁰ que foi aprovado na Constituição de 1988 é mais significativo do que a Lei dos Arquivos de 1991, porque é a entrada na era gestão dos documentos. Foi a Celina de Amaral Peixoto, diretora do Arquivo Nacional, que conseguiu. Não sei bem como. A Celina não era arquivista, não tinha conhecimento na área e também não acreditou nos arquivistas brasileiros, deixou tudo de lado e conseguiu o

¹⁰ Art. 216, V, § 1º e 2º: § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação; § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.



apoio dos franceses, do Delmas e de outros professores. Mas tinha trânsito entre os políticos, era neta de Getúlio Vargas e casada à época com o atual Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco¹¹.

Então, a Celina do Amaral Peixoto introduziu esse dispositivo na Constituição, que foi muito importante para a Arquivologia, porque fez com que os governantes — não sei se está acontecendo, também não tenho acompanhado — não fizessem dos papéis um amontoado de documentos, como nós encontramos aqui na Câmara; lá no Rio, na Fazenda, e aqui no Ministério da Educação. Esse dispositivo faz com a administração pública se ocupe da gestão de documentos e que os disponha para consulta a quantos dele necessitem. Por isso, eu considero muito importante, mas não sei se fica meio esquecido, não sei se está sendo realmente cumprido, se os Ministérios estão obedecendo a esse ordenamento jurídico. Sei que nós aqui na Câmara chegamos a receber visita da equipe do Arquivo Nacional, para ver como é que nós trabalhávamos em termos de avaliação e tudo mais. Viram e logo se deram por satisfeitos, porque já tinham matado a xarada, já sabiam como era e foram logo embora.

12. A preocupação com a memória da Constituinte

Não me lembro da Sala da Constituinte. Ontem, falei com o Dilsson¹². Ele também não se lembra. Deixe-me ver. Sala da Constituinte eu não lembro se houve. Por que sala da Constituinte? Para eles discutirem? Não faz muito sentido isso (Obs.: Na revisão do texto desta entrevista, tive oportunidade de localizar em meus arquivos, cópia de ofício do CEDI-GAB, n. 68/89, por mim enviado ao Diretor Legislativo da Câmara dos Deputados – Hélio Dutra – no qual faço menção à Sala da Constituinte, onde seriam disponibilizados microfimes e outros documentos sobre os trabalhos executados pela Assembleia Nacional Constituinte, oferecidos à consulta).

¹¹ Wellington Moreira Franco. Deputado Federal - 1975-1977, RJ, MDB. Deputado Federal - 1995-1999; 2003-2007; RJ, PMDB. Governador do Rio de Janeiro – 1987-1991. Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – 2011-2013. Ministro-chefe da secretaria de Aviação Civil – 2013-2014. Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência. Ministro de Minas e Energia – 2018.

¹² Dilsson Emilio Brusco. Servidor da Coordenação do Arquivo (Coarq) do Cedi.



O projeto de história oral eu sei que não foi bem-sucedido. Aliás, em expediente de 13 de outubro de 1992, da então diretora do Arquivo à Diretora do Cedi, declara que o Núcleo de História Oral da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) nada pode realizar por falta de recursos humanos e de matéria específica.

Os documentos da Constituinte ficavam nas Comissões e Subcomissões. Eles ficavam lá ou ficavam aqui. Eles poderiam ter sido transferidos paulatinamente, mas foram transferidos em bloco, no final. Quando a Constituinte encerrou os trabalhos, toda a documentação veio para o Arquivo da Câmara. O Dilsson era do Arquivo. Ele não era arquivista, mas era do Arquivo, trabalhou com o Ernani, substituiu-o, inclusive. Fez até um trabalho muito bom. Eles foram muito cuidadosos com a documentação da Constituinte. Ele me informou que está tudo encadernado, o que evita o perigo de sumirem documentos. Estão presos na encadernação.

Mas a história oral não deu certo. Não fizeram história oral na época. Eu creio que história oral tem que ser também do passado, porque é história. Fazer história oral no presente? Enquanto está acontecendo, não dá para fazer história oral. A história tem que se reportar a fatos do passado.

Sei que houve a criação de um grupo de trabalho destinado a elaborar normas referentes à publicação dos Anais e organização dos arquivos da Assembleia Nacional Constituinte. Mas não tenho notícia dele, o Dilsson também não. O Ernani não teve condição de me responder. Queria muito que o Ernani tivesse encontrado a sua contribuição ao Congresso Brasileiro de Arquivologia que nós promovemos, com o apoio da Câmara: o 7º Congresso Nacional de Arquivologia, em 1988. Foi em junho de 1988, quer dizer, quando a Constituinte estava funcionando. O Ernani fez uma comunicação sobre os arquivos e sobre a Assembleia Constituinte. Ele, como historiador e vocacionado para a pesquisa forneceu muitos dados sobre os arquivos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) que se acumulariam... Cometi um grande pecado. Não publiquei os anais desse congresso. Você acredita? Que absurdo, não é?

Esse material ficou comigo. A única coisa que nós publicamos foi o resumo de todas as contribuições. Tenho o resumo da contribuição do Ernani para esse trabalho, assim como de outras pessoas do Arquivo que contribuíram: a Sandra da Rocha Mamo de Oliveira, Miriam do Reis Coelho, Inácia Rodrigues dos Santos



Cunha, Terezinha de Jesus Teixeira e a própria Aparecida. Cada um fez um trabalho sobre os arquivos da Câmara dos Deputados. Muitos deles falaram também da Constituinte. A fala do Ernani foi específica, mas não conseguiu achar o documento dele no momento. Mas ele se justificou, pois mora numa casa na W3, nas 700, que teve infiltração de água da chuva e está com muito mofo. Não podia nem entrar na biblioteca, no escritório, onde trabalha, na parte superior da casa. Ele me telefonou hoje às 9 horas da manhã dizendo que infelizmente não poderia me atender.

Mas, como já disse, encontrei o material. Até hoje tenho material do Congresso lá em casa. No *closet*, eu fiz um depósito de livros. Coloquei prateleiras e arqueei documentos, muitos documentos e muitos livros. Os documentos desse congresso ainda estão lá. Quem sabe um dia nós ainda pegamos esse material?

13. O trabalho durante a Constituinte

Não implicava muito o Arquivo da Câmara, não, porque os funcionários trabalhavam organizando os próprios arquivos, como disse, e transferiram para o Arquivo depois de encerrada a Constituinte. Então, nós não nos envolvemos. Inclusive, muitos bibliotecários trabalhavam nas Comissões. Os bibliotecários têm uma base que também facilita isso, eles têm uma noção de organização, eles contribuíram muito ... Bibliotecários que se evadiram do Cedi foram secretários de Comissões Temáticas, da Comissão de Sistematização: Maria Laura Coutinho, Hilda de Sena Correa Wiederhecker e Maria Inês de Bessa Lins. Seria até interessante saber se os secretários foram todos bibliotecários. É uma pesquisa a ser feita. Você vê nesse ponto que, como bibliotecárias, elas tinham ótimas condições de tratar os arquivos, embora não fossem arquivistas. Elas tinham muito mais condições. Eu acho que o bibliotecário tem uma base que facilita a migração para a Arquivologia.

14. Os arquivos de A voz da Constituinte e da Radiobras

As gravações do programa de rádio *A Voz da Constituinte*¹³ se perderam? É uma coisa para se investigar. Por que não estão? Vocês sabem que não estão, não é? É um absurdo. Como é que se perde um material como esse? Muita gente não

¹³ Programa de rádio da Assembleia Nacional Constituinte.



valoriza. Quem recebeu? O arquivo não chegou ao Centro de Documentação. Por exemplo, a ideia de que aquela documentação não vale nada é muito generalizada, muitas pessoas pensam que o importante é a informação, não o documento. O documento é a prova da autenticidade. Enfim, podem até ter sido eliminados. Podem ter ido para o Setor de Gravações da Câmara, e eles não terem recolhido ao Arquivo. Tudo muito lamentável isso.

O que chegava ao Arquivo era guardado e avaliado até quando, por quanto tempo seria útil. Creio que esse arquivo seria útil pelo resto da vida, porque é a história oral. O maior documento oral da Constituinte são as próprias gravações da Radiobrás. Segundo relatei na entrevista para o projeto “Memória do Servidor”¹⁴, a Seção de Documentos Audiovisuais da Coarq recebeu 207 fitas, através do Departamento de Material e Patrimônio, onde foram recebidos em 1989. Inicialmente foram gravadas em U-matic, depois passados para DCNcam e em 2004 foram reduzidas a 33 fitas de DVcam.

15. A constituição do acervo da Constituinte

Uma coisa eles fizeram: não ficaram transferindo paulatinamente, deixaram acumular. Naturalmente, tiravam dos gabinetes e colocavam em algum lugar. Tinha que saber disso com alguém que tenha trabalhado na Constituinte, como se fazia, inclusive com os bibliotecários, que têm mais noção sobre o assunto. Mas eles guardavam e depois mandaram em bloco, o que foi muito bom, porque não se dispersaram, mas, assim mesmo, perderam-se documentos. O Dilsson me falou que algumas emendas eles tiveram que tirar dos *Diários da Constituinte*, porque o avulso da emenda tinha-se perdido. Imagine.

Não teria sido melhor se tivesse vindo paulatinamente. Eu creio que haveria risco até de se dispersarem, de se misturarem com os arquivos da Câmara. O fundo da ANC é tão distinto que foi bom. Acredito que eles tenham vivido a fase de arquivo intermediário lá, na área das Constituintes. Nas Comissões, na Secretaria-Geral da Mesa. Considero que foi uma boa iniciativa, mesmo sem arquivista.

¹⁴ Projeto Memória do Servidor - Entrevista com a Servidora Aposentada Nilza Teixeira Soares Ex-Diretora do Centro de Documentação e Informação e da Coordenação de Arquivo - Data: 17 de dezembro de 2012 - Horário: 14h46 min - Local: Câmara dos Deputados – Entrevistador: Vanderlei Batista dos Santos - Coordenação de Arquivo.



Nós recebemos os documentos em bloco para a Seção de Documentos Legislativos, chefiada pelo Ernani, e eles organizaram, fizeram inventário de tudo, examinaram, viram o que estava faltando. Tiravam do *Diário da Constituinte* as emendas que não conseguiam encontrar em avulso, para encadernar. Então, está tudo encadernado, para não haver o perigo de se perder, porque documento avulso pode extraviar. Esses são encadernados em vários volumes, segundo falou o Dilsson. Fizeram um trabalho muito bom. Encadernaram, e está tudo na íntegra lá. O volume não é tão extenso, apesar de o primeiro projeto de Constituição ter mais de 500 artigos. De qualquer maneira, parece-me que são três ou quatro volumes.

Em maio de 1987, a Diretora substituta do Cedi, no caso eu própria, propôs a criação de grupos de apoio à ANC, mencionando o respectivo pessoal. A partir de proposta de seis áreas de atuação foram criados 16 grupos com atividades específicas, que deveriam ser executadas sem prejuízo dos trabalhos das duas Casas do Congresso Nacional. Já no dia a dia da Constituinte cada gabinete, comissão e subcomissão tinha o seu pessoal.

Quando mandaram para o Arquivo da Câmara, também não houve necessidade maior de pessoal. O pessoal da Seção de Documentos Legislativos, chefiado pelo Ernani, deu conta de fazer o instrumento de pesquisa que chamamos de inventário, dos documentos e de registrar tudo o que encontraram. Então, a facilidade de recuperação da informação foi devida ao arranjo que ocorreu inicialmente.

Se havia documentos no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), não sei como ficou. Não sei que destino o Prodasen deu a esses documentos. Até seria interessante saber o destino que o Prodasen deu aos registros da Constituinte, se conservam até hoje. Se conservam, poderiam ser recolhidos ao Arquivo da Câmara ou do próprio Senado Federal. Creio que os arquivos ficaram na Câmara porque tinha que ser assim, porque o fundo de arquivo da ANC foi produzido e acumulado em dependências da Câmara. Por exemplo, o da Câmara não se confunde com o do Senado. É o trabalho da Câmara em si e o seu todo orgânico, funcional etc., e o do Senado é o do Senado.



Agora, os arquivos daquele que foi Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral¹⁵ e da Liderança do PMDB era outra coisa que tinha que ser separada mesmo. Uma coisa é a Constituinte trabalhando, outra coisa é o desempenho de suas atividades como presidente do partido. Devem estar separados. São fundos distintos, que não podem se misturar. É um princípio da Arquivologia o respeito à origem dos documentos e à sua ordem original. Existe o princípio da proveniência. O Deputado Bernardo Cabral como presidente de partido é uma autoridade, e como Relator da Constituinte é outra coisa. Então, tinham que ser separados mesmo. Eles estão aqui na Câmara, mas deviam estar lá no Partido, porque a origem não foi o trabalho como Deputado, como Constituinte, foi como Presidente do PMDB. Não tenho dúvida: pertencem ao PMDB. O PMDB é o PMDB, a Câmara é a Câmara e a Constituinte é a Constituinte. Não se justifica. E por que eram separados? Por respeito à origem. O fundo de arquivos do PMDB deveria estar lá, e conosco só o da Constituinte.

16. A preparação para a guarda dos documentos

Na verdade, houve preocupação com os Anais e com o Arquivo da ANC, desde 1987 e ficaram encarregados dessas tarefas os titulares dos órgãos de documentação, arquivos e publicações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Eu estava lá como diretora da Coarq. O curioso é que o inventário do arquivo da Constituinte foi concluído em novembro de 1992.

Durante a Constituinte, não fui chamada para conversar. Na verdade, não houve muita interação, a princípio. Poderia ter havido. Talvez fosse melhor para os arquivos da Constituinte. Mas, de qualquer maneira, como os bibliotecários estavam por lá. Acredito que as lacunas de emendas que detectaram quando fizeram o inventário, das quais não existia o avulso, o arquivista não teria deixado acontecer. Guardaria logo na coleção de arquivos impressos, inclusive.

Foi uma coisa interessante, por exemplo, o fato de os documentos não serem manuscritos, serem impressos. O documento impresso durante muito tempo não foi identificado como arquivístico, mas ele tem caráter arquivístico, também. Embora

¹⁵ José Bernardo Cabral (1932-). Deputado Federal – AM (1967-1969; 1987-1991). Ministro da Justiça (1990-1990); Senador – AM (1995-2003). Relator da Constituinte.



multiplicado, para conhecimento de outras pessoas, ele é um documento de arquivo, porque resulta da função daquele órgão. A diferença é essa entre o documento de biblioteca, que é fruto de um trabalho intelectual, e o documento de arquivo, que é um produto funcional, isto é, decorre da função do órgão. A classificação é funcional — até se usa essa expressão.

Os documentos foram guardados na medida em que eram publicados, porém quando se fez o inventário dos arquivos, ainda se verificaram lacunas. Ontem à noite eu telefonei para o Dilsson, e ele disse: “*Olha, houve casos, D. Nilza, em que nós xerocamos o Diário porque a emenda tinha-se extraviado*”. Entende? Então, foi um trabalho bem seguro, bem criterioso feito pelo Dilsson, que sucedeu o Ernani. De fato, a Seção de Documentos Legislativos, da Coarq, através de seu chefe, o Ernani, preocupou-se com os arquivos da Constituinte, desde sua instalação, em 1º de abril de 1987. A partir da análise do Regimento Interno da ANC, a Coarq propôs a criação de formulários a serem preenchidos no dia a dia dos seus trabalhos. Houve até a publicação de um folheto “Subsídios para os relatores e secretários”. Significa que a Coarq se fez presente.

Aliás, como eu já falei, é uma área em que a presença do arquivista se faz necessária, a elaboração de novos formulários, pela Casa toda é área a ser reivindicada pelo Arquivo, assim como a indexação. Por que a Constituição não tem um índice de palavras-chaves? Por exemplo, mobilidade de cadeirantes. Poderia estar lá no índice. Nada se indexa no Brasil. A França indexa o Diário Oficial e o Diário do Parlamento.

Aquele meu relatório do estágio que fiz na França, foi muito interessante. Eu tive que fazer o relatório em francês e depois traduzir para apresentar aqui na Câmara. Eu morava no Rio de Janeiro, e a minha diretora, a Leda Laboriau, de saudosa memória, telefonou-me e disse: “*Nilza, está tão bom! Vamos publicar!*”. Eu disse: “*Ah, que bom!*” Fiquei muito feliz. Foi publicado no *Boletim da Biblioteca da Câmara*, e depois foram feitas separatas¹⁶. Realmente há sugestões sobre indexação nesse relatório.

¹⁶ SOARES, Nilza Teixeira. Estágio no domínio da arquivística e técnicas de documentação na França. 10(2): 437-458, jul/dez. 1961. B.Bibl.C.D. Brasília, 17(3):1069-1101, set./dez. 1968. V.



É uma lacuna grave não se indexar. De fato, dá muito trabalho indexar, tem que haver especialistas em palavras-chaves, em indexação. Mesmo que seja uma indexação sumária, é importante. É outra reivindicação, a indexação, que os arquivistas têm que fazer. Veja bem: na Câmara, a Sinopse faz um tipo de indexação, ou seja, do autor que apresenta proposições legislativas e dos assuntos tratados. Perde-se aquela indexação que se faz na Sinopse porque não se imprime. Eu creio que temos que evoluir nesse sentido.

17. A movimentação política da Constituinte

Eu estava completamente esquecida, mas fui rever alguma coisa, e o que me lembrei foi do grande movimento das Diretas Já, quando finalmente conseguimos fazer uma eleição direta¹⁷. Mas, infelizmente, o eleito morreu, o Tancredo Neves¹⁸, e quem assumiu foi o Sarney¹⁹, que era a favor do regime militar. Essa é só uma lembrança. O que ficou na minha cabeça foi o movimento das Diretas Já. Dos grandes movimentos de rua, eu mesma não participei nem acompanhava tanto.

18. Constituinte sem pré-projeto

Achei muito bom ter começado sem um pré-projeto, porque renovaram tudo; houve uma renovação total. Todas as outras Constituintes se basearam em modelos de Constituições, como, por exemplo, a do Império e a da República, e mesmo a de 1937, chamada de a Polaca. Enfim, acho que foi uma boa coisa a Constituinte de 1987-1988 começar do zero. Foram criadas oito comissões temáticas que se multiplicaram em 24 subcomissões. Eram abertos os trabalhos, consultas públicas,

http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/28079/Boletim_Biblioteca_Camara_Deputados_Indic_e_vol1_17.pdf?sequence=28

¹⁷A emenda constitucional das Diretas Já foi derrotada e a eleição de Tancredo Neves ainda foi feita por meio do Colégio Eleitoral. O movimento das Diretas Já, no entanto, foi de grande importância para a volta das eleições presidenciais diretas, a partir de 1989.

¹⁸ Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Deputado Federal nas Legislaturas 1951-1955, 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975 e 1975-1979; Senador 1979-1982, Governador de Minas Gerais (1983-1984). Oficialmente reconhecido (Lei no 7.465, de 21 de abril de 1986) Presidente do Brasil.

¹⁹ José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Deputado Federal, MA, 1956, 1957 e 1959-1966; Governador, MA, 1966-1970; Senador, MA, 1971-1985; Presidente da República, 1985-1990; Senador, AP, 1991-2015.



muitas audiências e muitas sugestões. Eram as chamadas emendas populares que resultaram na Constituição Cidadã.

19. Os temas da Constituinte

Para iniciar houve uma batalha sobre a forma de governo, parlamentarismo ou presidencialismo. Eu era partidária do parlamentarismo, mas o presidencialismo prevaleceu. Agora, sobre os assuntos abordados aqui, o único que me diz respeito mais de perto é o problema do aborto, porque eu, como boa católica, defendo a vida desde o início da fecundação. Agora há de fato uma proposta de querer considerar crime somente o aborto praticado depois de 3 meses, como se até 3 meses o feto não fosse nada. Eu não sei o que seria. Da fecundação até o terceiro mês o que é? Não é vida? É vida.

Isso foi muito discutido na Constituinte, mas eu defendo com unhas e dentes e espero que nunca seja legalizado no Brasil. O Brasil é um país de maioria católica, e o direito à vida é uma coluna básica, é um pensamento básico da Igreja Católica. Acompanhei de perto, lembro das galerias apinhadas de pessoas. Defendo, desde o momento da fecundação do óvulo, o direito à vida, defendo a preservação desse direito. Eu também seria contrária à pena de morte, pela defesa da vida, se fosse o caso.

20. A avaliação da Constituição

Acredito que a crítica ao detalhismo da Constituição é correta. Inclusive ontem eu conversei com o Dilsson, e ele me disse que o anteprojeto que foi debatido, inicialmente tinha 500 e tantos artigos. Então, era detalhista mesmo, não é? Há outras críticas, mas ele falou principalmente dessa. A outra crítica é que muitas responsabilidades não seriam do Executivo, mas que, pela Constituição, teve que assumi-las. Mas é uma boa Constituição. Foi bem projetada, bem discutida, partindo de detalhes e chegando a consensos mais abrangentes.

Agora, nas leituras que fiz para trabalhar com vocês hoje, vi algo muito interessante. Na minha casa, há vinte anos convivo com uma pessoa cadeirante, e



não sabia que o direito de mobilidade do cadeirante na Constituição²⁰. Essa pessoa, Maria Helena de Castro, não estava em casa ontem, mas vou falar com ela, porque é um direito constitucional. Ela reclama demais das calçadas, pois tem uma cadeira motorizada, mas não consegue se movimentar com facilidade por causa dos calçamentos. É sempre bom vocês obrigarem a gente a estudar. Nessa pesquisa descobri que era um direito do cadeirante. Eu não sabia.

Depois da Constituinte, veio a consolidação do Estado Democrático de Direito. Aí, eu tomei nota de uma frase: *“peça fundamental para a consolidação do Estado Democrático de Direito do Brasil, bem como da noção de cidadania”*, isto é, a própria Constituição. A Constituinte fez crescer a noção do Estado de Direito e de cidadania, que era muito frágil. Não se falava em cidadania. Depois dessa Constituinte, da Constituição Cidadã, é que se começou a falar mais em cidadania, nos direitos dos cidadãos. Eu achei isso muito significativo.

21. Realização

Uma coisa com que me sinto realizada em relação à minha gestão como Diretora da Coordenação de Arquivo é que, apesar de estar voltada para a avaliação dos documentos que podem ser descartados sem prejuízo da informação, à medida que são produzidos, os arquivos correntes, eu cuidei dos arquivos da primeira Constituinte, de 1823. Então, dei uma contribuição também à fase histórica.

Também me surpreendi um dia, quando vim ao Arquivo da Câmara. A chefe da Seção de Documentos Históricos me disse que os pesquisadores apreciam muito aquele inventário. Vocês até o republicaram²¹, recentemente. Fico muito feliz, porque tinha muita consciência de que arquivo não é só produção de documento, há o problema histórico, documento de valor permanente também. Respeitei isso e me ocupei desse inventário da Assembleia de 1823 com uma bibliotecária, Ophelia Huller, que me ajudou. Ela, como bibliotecária, cuidou da indexação dos Anais da Constituinte de 1823. Também fiquei feliz quando eu vi que o Arquivo da Câmara

²⁰ TÍTULO IX - Das Disposições Constitucionais Gerais - Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, 2º.

²¹ Fundo AC 1823 - Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823. V.

<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/assembleia-geral-constituente-e-legislativa-do-imperio-do-brasil-1823>



valorizou tanto esse inventário que ele está registrado como Memória do Mundo²². Além disso, para mim foi muito lisonjeiro saber que houve uma segunda edição daquele trabalho. Isso quer dizer que a minha gestão foi profícua.

Eu me considero muito feliz com o que fiz e também em saber que o que fiz não foi em vão, que foi continuado. Foi muito gratificante ver que, quando me aposentei, minha substituta foi a Gracinda Assucena de Vasconcellos, de saudosa memória, continuou o que havíamos implantado. A Gracinda era muito reservada e não se envolveu muito com a minha administração, mas, quando ela foi diretora, assumiu tudo o que eu fiz, e fiquei muito feliz com isso, porque houve continuidade. Se ela não tivesse agido assim, tudo poderia ter se perdido; poderia ter sido em vão lançar as teorias de arquivo na Câmara, a avaliação, a redução da massa documental sem prejuízo da informação. Tudo isso que foi lançado poderia ter se perdido, mas com ela estava sendo continuado, e agora também acredito que ainda esteja, não é?

FICHA TÉCNICA

- 1 Data: 20/07/2018
2. Local: sala da Cobec - Cedi
3. Duração: 1h17min
4. N° do arquivo: E014
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota e Laila Monaiar
7. Equipe de vídeo: Pedro Henrique Sassi de Almeida Santos – p. 888729 (Produtor); Cláudio Adriano Silva p. 888462 (cinegravista) e Wellington Lima p. 888691 (assistente do cinegravista)
8. Fotografia: Taisa Maria Viana Anchieta – P. 5758; Laila Monaiar p. 6256
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 24/08/2018
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota

²² O Fundo Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823, que reúne os documentos produzidos durante o processo constituinte no período de 17 de abril a 12 de novembro de 1823, foi nominado no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo – MoW da UNESCO em 2013. Este patrimônio faz parte do Arquivo da Câmara dos Deputados e está disponível para consulta no site <https://arquivohistorico.camara.leg.br/>. O inventário deste acervo está disponível para consulta: https://arquivohistorico.camara.leg.br/atom/AC1823/sobre/Inventario_AnaliticoAcervoConstituinte1823.pdf